

A VOZ DA EVASÃO: ANÁLISE DA EVASÃO ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA (2014-2015)

Graziele Campos de Almeida Oliveira
Jonathan Rosa Moreira

Resumo: Este apresenta uma análise sobre a evasão escolar em uma instituição privada de educação superior da Região Administrativa de Ceilândia, considerando o período de 2014/1 a 2015/2, buscando traçar o perfil socioeconômico dos evadidos e as variáveis que influenciaram diretamente e/ou indiretamente na evasão, relevando a perspectiva dos próprios estudantes. Trata-se de um estudo com abordagem metodológica qualitativa e foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário. A pesquisa contou com 130 respondentes. Os aspectos considerados mais relevantes sobre o perfil dos evadidos revelou que a grande parte dos respondentes do questionário são do sexo feminino e que mais de 80 % provieram de instituições públicas. Para os eixos pedagógico e administrativo, a comunicação interna pareceu o fator preponderante para a ocorrência do fenômeno evasão escolar. No eixo social, duas parcelas empatadas com 41,7% dos estudantes afirmaram que a evasão escolar foi influenciada pela escolha do curso e dificuldades financeiras para se manterem com a matrícula ativa.

Palavras-chave: Evasão escolar; Educação superior; Educação; Ceilândia.

Abstract: *This study presents an analysis about dropout in education in a private faculty in Ceilândia, Brasília, considering the period of 2014/1 and 2015/2, in order to describe the socioeconomic profile and variables that influence directly and / or indirectly in dropout in education, revealing the perspective of the students. This is a study with qualitative approach and was used, as data collection, a questionnaire. The survey had 130 respondents. The most relevant aspects reveal that most of the survey respondents were women and more than 80% came from public institutions. For the pedagogical and administrative axes, internal communication seemed to be the major factor for the occurrence of the phenomenon dropout in education. In the social axis, two parcels tied with 41.7% of students said that were influenced by the wrong choice of the course and financial difficulties to remain with the active registration.*

Keywords: *Dodging school; College education; Education; Ceilândia.*

1. Introdução

A evasão escolar é um fenômeno que perpassa os espaços escolares, independente da modalidade ou do nível educacional e acarreta consequências administrativas, pedagógicas e, principalmente, sociais. Trata-se de uma preocupação que corresponsabiliza as instituições educacionais e a sociedade civil. Isso porque, ao mesmo tempo em que se estabelecem programas e políticas de acesso à educação, há de se garantir a permanência dos estudantes nos espaços escolares.

Diante deste contexto, ressalta-se a importância de estudos que tentem apontar para a compreensão dos fatores que levam à evasão escolar. Administrativamente, as instituições educacionais se incumbem de análises, utilizando indicadores internos e pesquisas de avaliação institucional que podem responder o porquê da ocorrência da evasão escolar. Entretanto, tais indicadores quantitativos que nem sempre respondem efetivamente quais são as razões para a evasão escolar. Entender este aspecto é trivial para o estabelecimento de políticas internas de controle e monitoramento à evasão escolar, subsidiando planos de ações para retenção e fidelização estudantil. Por outro lado, há espaços para uma análise qualitativa que dê voz aos estudantes de modo a permitir uma compreensão acerca das motivações que lhes fizeram desviar de suas atividades acadêmicas, colocando-os em situação de evadidos. Entender a perspectiva dos estudantes sobre a evasão escolar, ressaltando sua opinião, pode aprimorar, ou melhor direcionar, os planos de ação institucionais que garantam a permanência dos estudantes nos espaços acadêmicos. Para entender esta dinâmica, partindo de um estudo em uma Instituição de Educação Superior (IES) privada, pergunta-se quais seriam as variáveis que influenciaram direta ou indiretamente a evasão escolar de seus estudantes, considerando o biênio 2014 – 2015.

Trazer os estudantes à discussão sobre o fenômeno evasão escolar confere características sociais e democráticas à gestão acadêmica e incita o respeito e a preocupação com comunidade discente. Especificamente, espera-se identificar o perfil socioeconômico e analisar as variáveis que mais influenciaram a evasão nos cursos de graduação de uma IES privada de Ceilândia, Região Administrativa de Brasília, entre os anos 2014 e 2015, considerando a perspectiva dos próprios estudantes. Especificamente, este estudo traz um levantamento socioeconômico dos estudantes em condição de evasão escolar; identifica as razões determinantes para a evasão escolar, relevando as dimensões pedagógicas, administrativas e sociais.

O estudo da evasão de estudantes na educação superior faz-se relevante por possibilitar a identificação de fatores determinantes relacionados à incidência do fenômeno que, embora existam os indicadores institucionais, há espaços para considerar a perspectiva da evasão do próprio estudante, dando-lhe voz sobre este aspecto que é fulcral para as IES, os quais buscam a subsidiar programas ainda mais eficazes para garantir a retenção e fidelização de discente que contribuam com a gestão institucional, de maneira que, possa propor ações preventivas e de melhoria no contexto da Educação Superior.

2. Breve contexto da Educação Superior no Brasil

Antes de apresentar os pressupostos teóricos que caracterizam a evasão escolar, percebe-se a importância de levantar algumas questões históricas que configuraram a educação superior no Brasil e que justificam o cenário atual, bem como os movimentos compensatórios e políticas de acesso à educação superior.

A Educação Superior no Brasil teve seu início ainda no período imperial do país, tendo evoluído suas políticas gradativamente no decorrer das décadas. De acordo com Colossi, Queiroz e Consentino (2001, p.51):

No Brasil, a educação superior é parte integrante da história da sociedade brasileira. A literatura mostra que a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, fugindo das forças napoleônicas, foi a razão

inicial para a criação das primeiras escolas superiores brasileiras, devido principalmente a pressões exercidas pelas elites da sociedade de forma geral. Alguns levantamentos revelam o aparecimento das três primeiras instituições de ensino superior no Brasil: Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Escola de Medicina da Bahia e Escola de Engenharia e Arte Militar do Rio de Janeiro.

O esquema histórico do sistema de ensino brasileiro é norteado pela herança cultural, pelo desenvolvimento econômico e pela organização política. Essa combinação histórica configura o formato da educação brasileira e é responsável por parte dos problemas educacionais atuais, pois ainda há resquícios de uma visão positivista de que a educação está acima do bem e do mal e que por isso não precisa estar vinculada à sociedade, economia e à política.

Para articular o movimento histórico da educação brasileira, há marcos representativos que caracterizam momentos distintos de um sistema ainda em desenvolvimento. De 1500 a 1930, no país predominava a mão de obra primária e educação com viés aristocrático (eurocêntrico), como um transplante da cultura europeia, negando nossa subjetividade. Como herança cultural desta época, destaca-se o autoritarismo, cuja marca é a negação do outro (controle). O autoritarismo, conceitualmente inerente ao período em questão, caracterizado pelo colonialismo e imperialismo, permeia nossa sociedade ainda nos dias atuais, sobretudo no que se refere à divisão de espaço e patrimonialismo. Para a organização política, a educação era centrada para os mandatários (donos de engenhos e cafezais).

Em 1930, a urbanização e a industrialização representaram um novo momento para o cenário econômico brasileiro e ampliaram a necessidade de mão de obra, pressionando a “educação” e a expansão do ensino. Nesse sentido, a educação deixa de ser sensibilidade da elite para tornar-se necessidade econômica. Nessa perspectiva, a segregação de classes e etnias continuou evidente à educação. Os filhos brancos e de posse continuavam ascendendo ao ensino superior e a educação técnica, para quem iria operar as máquinas no período industrial, ou seja, aos filhos pobres, predominantemente negros. Talvez, daí venha a estigmatização da educação profissional no país.

Percebeu-se que o modelo de educação vigente não atendia. Houve uma efervescência para um manifesto sobre a nova escola, acarretando denúncias e reflexões sobre a prática educativa. Assim, em 1932, Anísio Teixeira projetou as escolas parques e ressaltou a importância do planejamento, financiamento da educação, sistema organizado nacional de educação e um plano de educação com vistas à escola laica e democrática. Esse manifesto traz

uma novidade: a dimensão humana (centrada nas pessoas) e a responsabilidade do governo. Logo depois, em 1934, a educação brasileira se torna direito do brasileiro pela primeira vez. Ainda assim, a primeira Lei de Diretrizes e Base somente veio em 1961 e demorou treze anos para ser finalizada por conta de embates ideológicos entre as Igrejas (conservadores que perderiam domínio do ensino médio) e os movimentos sociais. Três anos depois (1964) o golpe militar desnacionalizou a educação brasileira para agências norte-americanas que passam a ditar o modelo “ideal”. Como herança dessa época, temos a educação pautada em tecnicismo, privatização e produtivismo.

Martins (2002) aponta uma considerável evolução no número de IES no Brasil. Segundo o mesmo autor, no final do século XIX havia apenas 24 universidades com aproximadamente 10 mil estudantes. Com o crescimento da demanda de acesso da população à educação superior houve a necessidade do surgimento de universidades privadas que

consequentemente maximizaram o número que representa a quantidade de alunos matriculados na educação superior. Vale ressaltar, porém, que a sociedade detentora do acesso às essas instituições era essencialmente elitista e de orientação religiosa.

Em período de democracia, em 2002, aconteceu a expansão da educação privada, quando o Governo passa a privatizar a educação, financia o ensino fundamental e sucateia a educação inicial e média. Esse movimento não foi suficiente para dar igualdade de condições de acesso à educação, principalmente, à educação superior. Isso porque havia número de vagas reduzido nas poucas Universidades Públicas e mensalidades ou taxas de financiamento altíssimas nas Universidades e Faculdades Particulares.

O que se espera hoje é que a educação seja baseada em política e por isso tenha valores fixados que subsidiem a construção da escola, como a percepção de ser para todos. Este enfoque tem sido viabilizado pelos programas e políticas implementados pelo Governo, que visam democratizar o acesso à educação, modificando formas de acesso, estimulando cotas para compensar prejuízos históricos de determinados seguimentos sociais e ampliam a oferta, com aumento de número de vagas e instituições de educação pública.

3. Evasão Escolar

A evasão escolar é considerada um dos grandes problemas não só para a Educação Superior, mas em todos os níveis educacionais, sendo que a maioria dos estudos sobre este assunto ocorre a partir da década de 1980. Silva Filho *et al.* (2007, p. 643) apontam que, no mundo, a taxa de evasão no primeiro ano de curso é de duas a três vezes maior do que nos próximos anos da vida acadêmica.

Segundo Ministério da Educação e Cultura (1996, p.57), existem três tipos de evasão: evasão de curso, quando o aluno desliga-se do curso superior por diversas razões (abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional); evasão da instituição, quando o aluno desliga-se da instituição na qual está matriculado; e evasão do sistema, quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior.

Ainda segundo MEC (1996 p. 61), foram identificados três fatores hipotéticos que provocam a evasão: a) fatores referentes a características individuais dos alunos referentes às habilidades de estudo, personalidade, formação escolar anterior, escolha precoce da profissão, dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária, desencanto com o curso escolhido, dificuldades recorrentes de reprovações ou baixa frequência e desinformação a respeito da natureza dos cursos b) fatores internos às instituições referentes às questões acadêmicas, falta de clareza no Projeto Pedagógico de Curso, apoio e estrutura oferecida pelas instituições insuficientes, docentes com baixo nível pedagógico e a própria cultura de desvalorização do professor e c) fatores externos às instituições relativo ao mercado de trabalho, expectativas do reconhecimento social no mercado profissional, desvalorização da profissão (licenciaturas), dificuldades financeiras do estudante e adaptação aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da atualidade.

Gomes (2000, p.100), corrobora com MEC, 1996 afirmando que a análise da evasão não pode ser baseada somente no número de formados e evadidos, mas sim, levar em consideração os elementos internos e externos à universidade. Explica que alguns estudantes que desejam a ascensão social e econômica, normalmente desistem das carreiras de magistério em busca de outra opção mais valorizada socialmente; que a dificuldade em conciliar a

jornada de trabalho com a escolar, somada às longas viagens de deslocamento, pressões familiares para o ingresso na vida acadêmica, adaptação ao novo ambiente escolar e a falta de informações sobre o curso escolhido também induzem muitos alunos à evadirem.

De modo geral, as instituições, públicas e privadas, dão como principal razão da evasão a falta de recursos financeiros para o estudante prosseguir nos estudos (SILVA FILHO *et. al.* 2007, p. 643), porém os autores apontam que alguns estudos indicam que este motivo seja apenas uma simplificação do real motivo da desistência do aluno.

Lobo (2012, p. 34), considera um problema atribuir a evasão por motivos financeiros como sendo a “grande (e quase única) causa da evasão da Instituição de Ensino Superior”, que a evasão também pode ocorrer por outras razões, tais como questões acadêmicas, administrativas e atendimento ao aluno, indicando que a evasão é um problema de gestão institucional.

Afirma ainda que, para diferenciar os alunos que realmente evadiram por determinantes financeiros, é necessário buscar um histórico de tentativas de negociações e descontos, no intuito de constatar se houve o desejo deste aluno em permanecer na instituição, do contrário, provavelmente o motivo financeiro não tenha sido o real motivo de evasão da IES ou de curso.

3.1. Cenário de uma IES privada de Ceilândia, Brasília

A Região Administrativa de Ceilândia é a que possui o maior número de habitantes do Distrito Federal, com uma população urbana estimada em 489.351 habitantes, segundo a Pesquisa Distrital efetuada por Amostra de Domicílios (PDAD, 2015) e possui apenas três Instituições de Ensino Superior, sendo uma delas Federal e duas particulares.

Ceilândia possui cerca de 27.000 habitantes com o Ensino Superior incompleto e 27.000 com Ensino Superior completo, sendo que esses números representam aproximadamente 11,04% da população local (PDAD, 2015). Segundo os dados da referida pesquisa, a parte da população que já teve uma vivência na Educação Superior, concluída ou não, se comparado ao total de habitantes esse percentual é pouco mais que dez por cento.

Para ampliar e democratizar o acesso à educação, o Estado implantou alguns programas da política de educação federal, tais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Mesmo com essa iniciativa de oferta de vagas por estes programas, as próprias IES também têm se mobilizado para ofertar meios de permanência aos estudantes em suas unidades, como financiamento próprio.

Um exemplo desta prática é a IES ambiente deste estudo, a qual está inserida no grupo das IES privadas do Distrito Federal que passaram a ofertar o financiamento próprio como forma de romper com a crise econômica e manter os alunos adimplindo suas obrigações. Nessa tentativa de retenção de alunos, criou-se um programa de Crédito Estudantil o qual destina-se a custear 50% (cinquenta por cento) do valor das semestralidades da graduação dos estudantes regularmente matriculados em uma de suas unidades, e tem como requisito para concessão do benefício a renda familiar bruta de até cinco salários mínimos.

Todavia, ainda há uma incidência relevante de estudantes em situação de evasão na IES estudada. Portanto, entender as possíveis variáveis que influenciam a este fato seria uma

relevante ferramenta para solucionar a questão da desistência e aprimorar os processos de retenção e fidelização acadêmica.

4. Estrutura metodológica

A abordagem desta pesquisa é de natureza qualitativa, por usar de mapeamento e levantamento de dados, bem como categorização e interpretação de conteúdos elucidados a partir da aplicação do instrumento de pesquisa. Constitui-se como uma pesquisa do tipo descritiva por apresentar uma realidade de uma IES privada de Brasília.

Trata-se de um estudo realizado em uma IES privada localizada no Setor Norte da Região de Ceilândia. A instituição em questão dispõe de 59 colaboradores administrativos, 79 professores, 8 coordenadores de curso e foi estabelecida em outubro de 2010, após a conclusão do processo de transferência de manutenção. A Instituição anterior possuía uma gestão filantrópica, tendo como público principal os alunos da região que é carente. Com a transferência de manutenção, a Instituição deixa de ser filantrópica, porém o seu perfil de relacionamento com a sociedade e com o mercado, se mantém preservado, sendo, inclusive, aprimorado, com fito de consolidar a identidade da Instituição reconhecida pelo perfil dos egressos e pelo comprometimento de todos os seus agentes.

Busca-se, neste estudo, analisar o fenômeno da evasão levando em consideração principalmente as concepções e ideias dos próprios evadidos acerca de tal fenômeno, razão que justifica a inclusão dos estudantes evadidos como sujeitos participantes da pesquisa. Os participantes deste estudo representam o número de estudantes matriculados nos 1º semestres letivos nos períodos de 2014/1 a 2015/2, que se evadiram da Educação Superior.

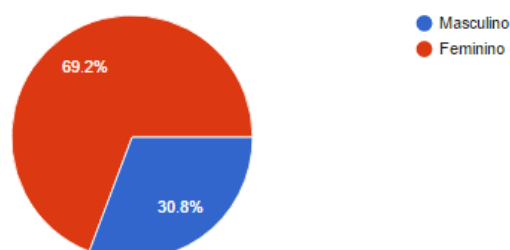
Foi utilizado, como instrumento de coleta de dados, um questionário do tipo *Survey*, composto por 14 questões fechadas, construído na plataforma Google Forms. As questões foram agrupadas quatro eixos fundamentais: (i) aspectos sociográficos; (ii) aspectos pedagógicos; (iii) aspectos administrativos; e (iv) aspectos sociais. A aplicação do questionário foi realizada on-line, via e-mail, e disponibilizada por duas semanas.

5. Resultados e discussões

De acordo com os documentos institucionais, a IES ambiente deste estudo conta com 237 estudantes em condição de evasão, considerando o biênio 2014 – 2015. Deste grupo, 130 aceitaram participar da pesquisa.

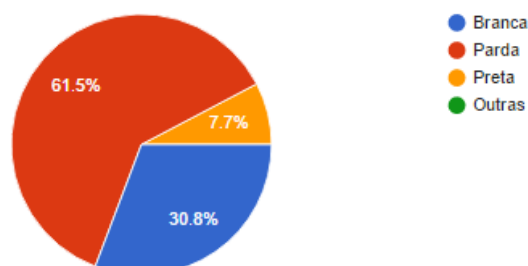
Os Gráficos 1 a 11 apresentam os resultados do viés sociográfico da pesquisa. Sobre a declaração de sexo, o resultado desta questão constatou que a maioria dos estudantes que evadiram foram do sexo feminino, representando 69,2% e 30,8%.

Gráfico 1: Declaração de sexo



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 2: Declaração de cor



Fonte: Dados da pesquisa.

A grande parte dos respondentes (61,5%) declaram-se de cor parda, 30,8% de cor branca (Gráfico 2), fato que vai ao encontro do resultado apresentado na PDAD (2015), que dos residentes da Região Administrativa de Ceilândia, 57,95% declararam ser pardos e 36,64% brancos.

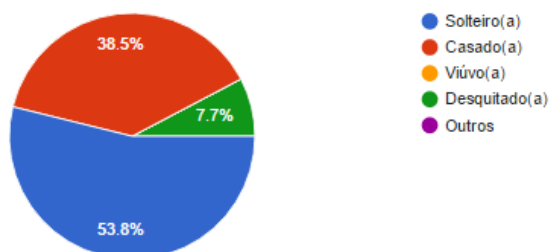
O perfil dos estudantes das IES privadas acaba por assumir configurações semelhantes ao perfil dos estudantes das instituições federais de educação superior. Quando as IES privadas passam a optar por programas de acesso à educação superior, que dão maiores oportunidades aos candidatos em função de sua cor ou realidade social, pelo menos, indiretamente, acolhem uma classe historicamente negligenciada.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (LEI nº 12.711/2012)

A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

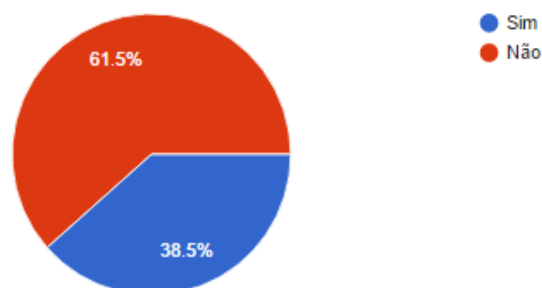
A terceira questão buscou investigar o estado civil dos sujeitos à pesquisa. Segundo os dados da pesquisa, 53,8% dos sujeitos não estão envolvidos em relação matrimonial. Por outro lado, 38,5% dos respondentes são casados e 7,7% são desquitados (Gráfico 3). A população não envolvida em relação conjugal representa mais da metade do gráfico apresentado. Neste caso, infere-se que o estado civil não é fator determinante para a evasão escolar, mesmo que o senso comum aponte para o contrário, pois mais de 61% dos respondentes não se declaram como casados. Sob a mesma perspectiva, conforme o Gráfico 4, 61,5% dos respondentes afirmaram não ter filhos, representando mais da metade dos estudantes evadidos. Do total, 38,5% afirmam ter filhos.

Gráfico 3: Estado civil



Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 4: Possui filhos?



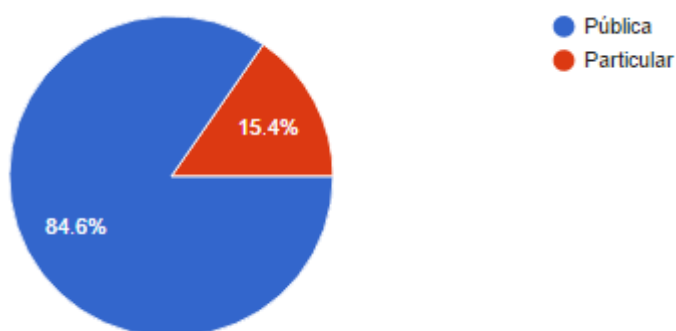
Fonte: Dados da pesquisa.

Aproximadamente 85% dos respondentes afirmam ter concluído a Educação Básica em instituição pública de ensino (Gráfico 5). Os estudantes egressos da rede pública de ensino contam com políticas de acesso à educação superior, seja em instituições públicas ou privadas.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Gráfico 5: Rede de curso da educação básica

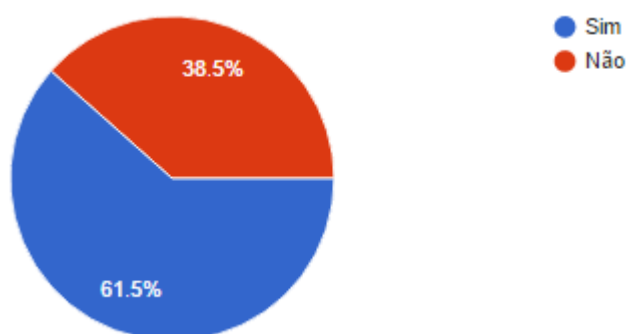


Fonte: Dados da pesquisa.

Para os estudantes egressos da rede pública de ensino há programas como o PROUNI e o REUNI, além da oferta de financiamentos estudantis, como o FIES. Estes programas vão ao encontro do Plano Nacional de Educação que prevê a expansão da oferta de educação superior para jovens de 18 a 24 anos, entre o período de 2011 a 2020 em pelo menos 33%.

Mais de 60% dos participantes afirmam que são mantenedores da família, enquanto que 38,5% relatam que não são o principal mantenedor (Gráfico 6). Neste caso, ser mantenedor de família não significa independência financeira, muito menos estabilidade financeira, visto que as despesas com educação concorrem com outras despesas de subsistência, tais como alimentação, transporte e moradia. Ou seja, este item influencia fortemente na evasão escolar, principalmente, pelo fato de que cerca de 70% dos respondentes possuem renda abaixo de 2 salários mínimos.

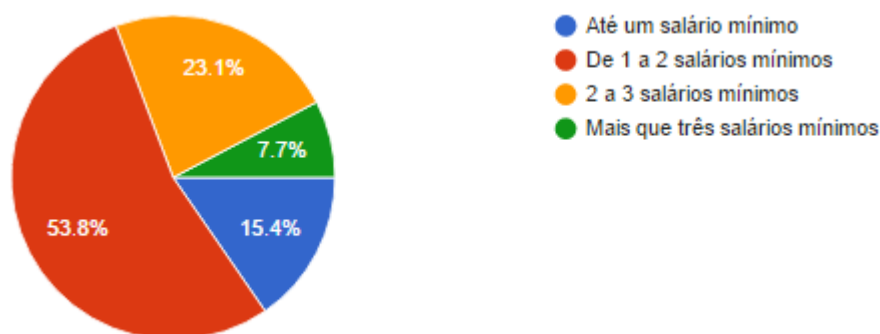
Gráfico 6: Responsabilidade pela manutenção familiar



Fonte: Dados da pesquisa.

Mais da metade dos respondentes (53,8%) possuem renda mensal de 1 a 2 salários mínimos. 23,1% afirmam ganhar de 2 a 3 salários e 15,4% relatam que recebem até um salário mínimo. A menor parcela do gráfico representa a população que recebe mais de 03 salários mínimos por mês (Gráfico 7). A renda familiar é um fator importante no tocante a permanência dos estudantes na IES.

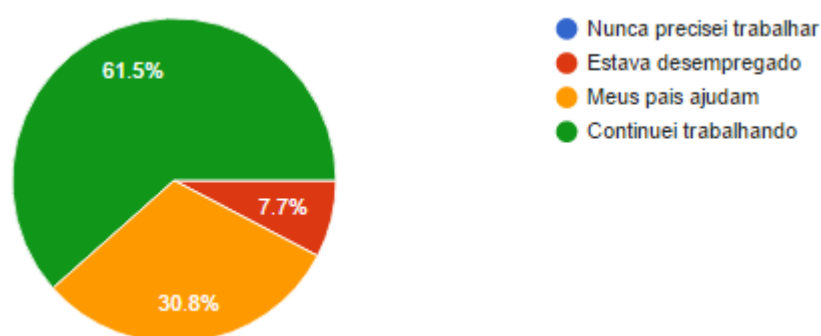
Gráfico 7: Renda familiar



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o Gráfico 8, 61,5% dos participantes afirmaram que continuaram trabalhando enquanto cursavam a Educação Superior, representando a maioria dos entrevistados. Cerca de 30% relatou obter ajuda financeira dos genitores e apenas 7,7% relatou estar desempregado.

Gráfico 8: Relação entre trabalho e estudo

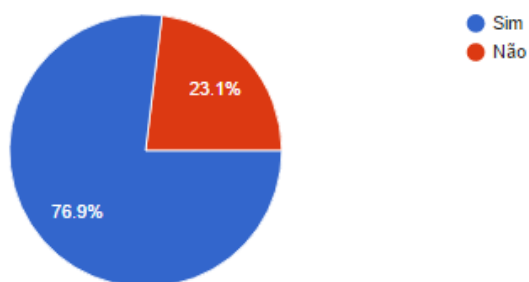


Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 9 mostra que 76,9% dos participantes da pesquisa afirmaram possuir computador em sua residência, enquanto que 23,1% relataram não ter acesso ou não possuir computador em casa. O acesso às novas tecnologias é importante para a manutenção e o acompanhamento da vida acadêmica. Isso porque os processos de ensino e aprendizagem têm sido suportados por tecnologias educacionais que aprimoram a busca, o uso e o compartilhamento de informações.

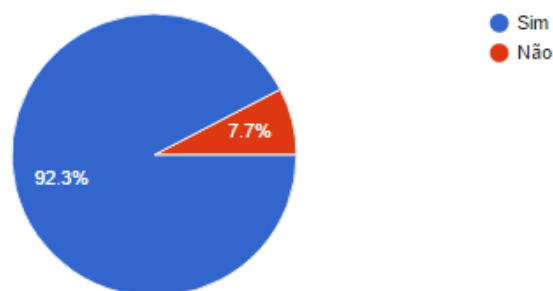
Ao questionar se os participantes tinham acesso à internet em casa, 92,3% dos participantes afirmou ter acesso, enquanto que apenas 7,7% disseram não ter. Percebe-se que a porcentagem de cerca de 90% é maior do que o número que representa o acesso ao computador (76,9%) na questão anterior. Infere-se que os respondentes possuam algum outro dispositivo tecnológico que permita acesso à internet.

Gráfico 9: Estudantes que possuem computador



Fonte: Dados da pesquisa.

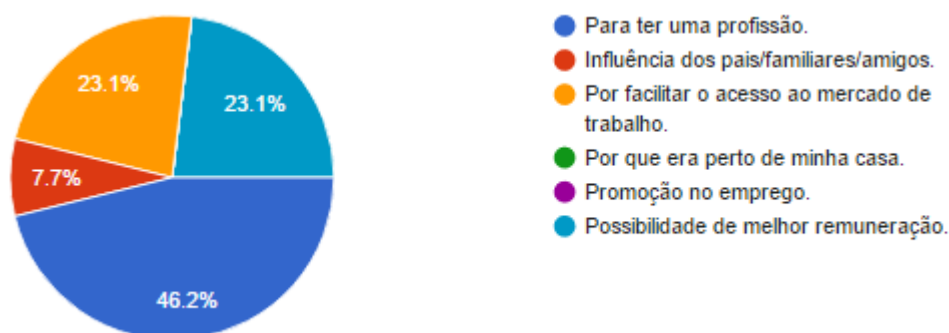
Gráfico 10: Estudantes que possuem Internet



Fonte: Dados da pesquisa.

Após a apresentação dos resultados sociográficos, parte-se para as questões que buscaram investigar quais as aspirações dos então estudantes ao escolherem um curso superior. Do total de respondentes, 46,2% afirmaram que escolheram o curso por almejar uma profissão no futuro. 23,1% relataram ter escolhido ingressar na Educação Superior visando a possibilidade de melhorar sua remuneração salarial, paralelamente à outra parcela de 23,1%, que relatou ter ingressado na Educação Superior por acreditar ser este um facilitador do acesso ao mercado de trabalho. A menor parcela, representada por 7,7%, disse ter ingressado por influência dos pais, amigos ou familiares (Gráfico 11).

Gráfico 11: Motivações para escolha do curso



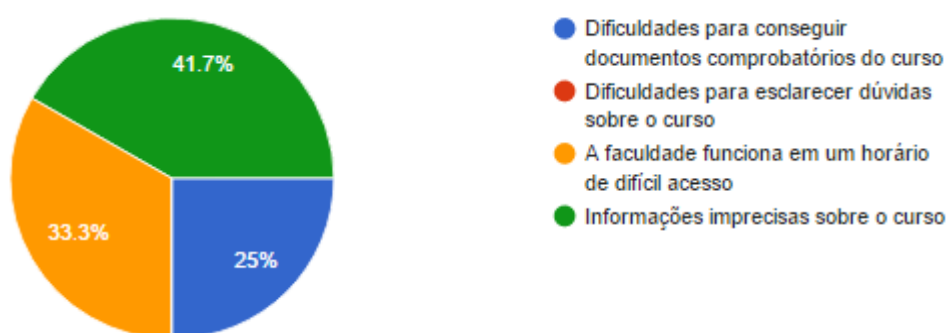
Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

O último passo buscou investigar quais os motivos institucionais para a evasão escolar dos participantes da pesquisa. As respostas foram divididas em três eixos (administrativo, pedagógico e social). A seguir, a apresentação de dados referentes a estes eixos de forma a

representar alguns motivos relacionados à evasão escolar na Educação Superior, considerando o contexto, o ambiente e os sujeitos pesquisados.

O total 41,7% dos participantes atribuem como causa de sua evasão as informações imprecisas sobre o curso. 33,3% afirmam que desistiram da jornada escolar afirmando ser o horário de funcionamento da faculdade de difícil acesso, tratando da relação entre horário e localização da instituição. Por último, 25% dos participantes afirmaram que a dificuldade para conseguir documentos comprobatórios do curso influenciou a sua decisão de abandonar o curso (Gráfico 12).

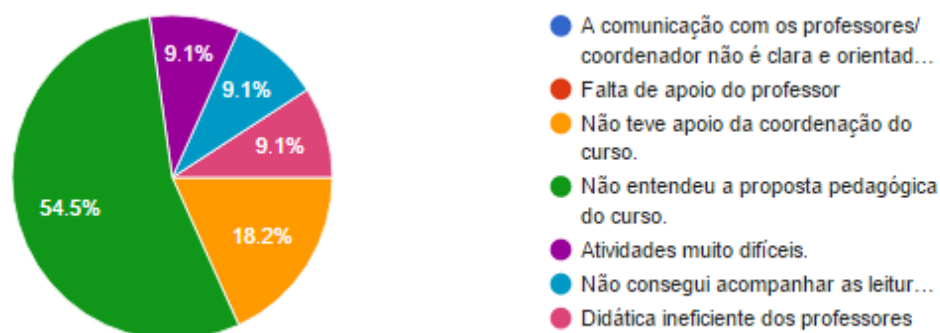
Gráfico 12: Eixo administrativo



Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre o eixo pedagógico (Gráfico 13), mais da metade (54,5%) da população do universo da pesquisa afirmou não ter entendido a proposta pedagógica do curso e em decorrência deste fator entraram em situação de evasão escolar. 18,2% dos estudantes afirmaram que não tiveram apoio da coordenação do curso e por isso se evadiram. Outras três parcelas empatadas com 9,1% afirmaram ter desistido por conta da dificuldade das atividades, não ter conseguido acompanhar as leituras e didática ineficiente dos professores.

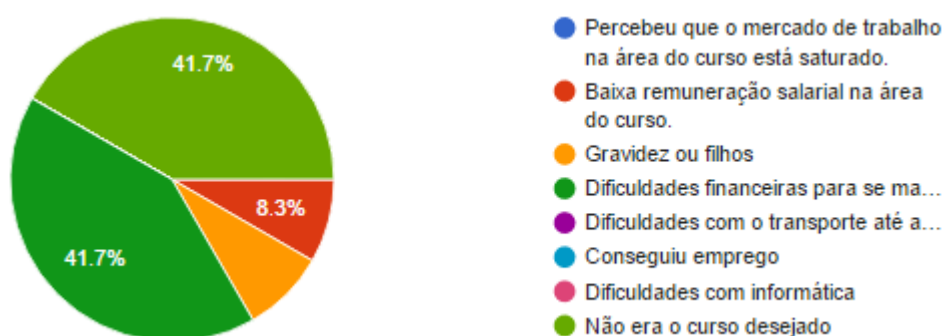
Gráfico 13: Eixo pedagógico



Fonte: Dados da pesquisa.

Duas parcelas empatadas com 41,7% dos estudantes afirmaram que o que influenciou para a sua evasão escolar foram o fato de estarem matriculados no curso indesejado e dificuldades financeiras para se manterem com a matrícula ativa. Não obstante, duas parcelas empatadas com 8,3% atribuíram como causa a sua evasão a baixa remuneração salarial oferecida na área do curso e a gravidez ou filhos (Gráfico 14).

Gráfico 14: Eixo social



Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo Fritsch, Rocha, Vitelli (2015), as pesquisas apontam para um conjunto de indicadores cuja influência contribui para a concretização da evasão, porém, de naturezas diferenciadas, em função das escolhas de recorte, das metodologias, das realidades estudadas e do fato de que é um fenômeno complexo que tem múltiplas causas.

6. Conclusões

A IES que é o caso deste estudo possui processos e ações bem definidos para apoiar o combate e a prevenção à evasão escolar. Entretanto, este fenômeno ainda persiste, mesmo que em diferentes graus, e ressalta-se que todo esforço para minimizar a evasão escolar assume importância no cenário institucional. O objetivo deste estudo foi, portanto, entender um pouco mais o outro lado, o lado dos estudantes, para assumir resultados qualitativos que possam ajudar a explicar o porquê da ocorrência da evasão escolar, sob a perspectiva deles mesmos.

Transversalmente, infere-se a importância a comunicação para a retenção e fidelização dos estudantes, desde a apresentação completa e correta dos cursos, dando transparência aos processos institucionais, até a relação com professores e coordenações de curso.

A escolha pelo curso nem sempre é resultado do desejo dos estudantes, mas pela oportunidade do momento, seja por oferta de financiamento, por apoio familiar ou mesmo maior oferta de vagas. Para esta questão, a IES conta com núcleo e central específicos para acompanhar o desempenho dos estudantes, conduzindo-os durante o curso ou, até mesmo, movimentando-os para outros cursos da IES aos quais teriam mais aderência acadêmica.

Importante ressaltar que a localização da instituição – que representa 33,3% do motivo administrativo para que contribui para a evasão escolar – é um objeto de análise, planejamento e avaliação da IES que realiza estudos contínuos para adequar sua realidade

institucional às infraestruturas de transporte e segurança da cidade. Nesse sentido, a IES passou a disponibilizar transporte gratuito para dar maior mobilidade e acesso aos seus estudantes que tem dificuldades com transporte.

A quantidade de estudantes que atribuem parte da motivação para evasão escolar às informações imprecisas sobre o curso e à falta de entendimento sobre a proposta pedagógica do curso chama a atenção pelo elevado percentual. Em análise geral, o aspecto sociográfico destacou que grande parte dos estudantes em situação de evasão escolar, para o período e amostra pesquisadas, são mulheres (69,2%) e que cerca de 85% concluíram a educação básica na rede pública de ensino. Do total de respondentes, 61,5% tinham a responsabilidade de arcar com as despesas familiares e que 53,8% recebiam em média de 1 a 2 salários mínimos. Esta relação de renda é determinante para a manutenção dos estudantes em curso superior. Isso porque o fenômeno evasão escolar parece ser também uma questão de falta de aporte financeiro para o cumprimento das mensalidades junto à IES.

Quando as questões de cor e renda são discutidas, os programas sociais entram para apoiar determinada parcela da população. Entretanto, os programas de acesso à educação superior podem até garantir ou viabilizar a entrada de estudantes para a graduação, mas ainda não suportam sua permanência.

Referências

COLOSSI, Nelson; QUEIROZ, Etty G. CONSENTINO, Aldo. Mudanças **no Contexto do Ensino Superior no Brasil: Uma Tendência ao Ensino Colaborativo**. Revista FAE, Curitiba, v.4, n.1, p, 49-58, Jan. /Abr. 2001.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Governo de Brasília. Distrito Federal. 2015.

FRITSCH, R, VITELLI, R. F, ROCHA, C. S, ANDRADE, G. R. **Evasão na educação superior: perfil do aluno evadido em uma universidade privada**. Revista científica IMPEAU. Santa Catarina. 2015. Disponível em: <http://biblioteca.versila.com/2659548>

GOMES, A. A. **Considerações sobre evasão escolar no ensino superior**. Nuances: Revista do curso de Pedagogia. Presidente Prudente: v. 6, nº. 6, p.90-106, out.2000.

LOBO, M. B. de C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. ABMES Cadernos. Brasília, set./dez. 2012.

MARTINS, A. C. P. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cir. Bras., São Paulo, v.17, supl. 3, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001 Acesso em 12 ago. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Avaliação: Revista de rede de avaliação institucional da educação superior. Campinas, v. 1, n. 2, p. 55-65, dez. 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Nacional de Educação**. Brasília Distrito Federal. 2014

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL, SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acessado 05/08/2016

SILVA FILHO, R. L. L. et al. **A evasão no ensino superior brasileiro.** Cadernos de pesquisa. São Paulo, v. 37, n. 132, p.641-659, set./dez. 2007.